

## O COROLÁRIO ÉTICO DO ANTIRREALISMO NOMINALISTA OCKHAMIANO

WILLIAM SARAIVA BORGES<sup>1</sup>; PEDRO LEITE JUNIOR<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – saraiva.borges@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – pedroleite.pro@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é relacionar a ontologia e a epistemologia de Guilherme de Ockham (1284?-1347?) com seu pensamento ético. Mais especificamente, a proposta é elucidar quais sejam as consequências morais resultantes das concepções antirrealistas e nominalistas do *Princeps Nominalium*. Apresentamos, inicialmente, uma breve exposição acerca da postura de Ockham no que se refere ao paradigmático problema dos universais, em cujo contexto emerge sua ontologia e sua epistemologia. Em seguida, analisamos alguns aspectos da filosofia moral de *Venerabilis Inceptor*, onde buscamos evidenciar em que medida tais ensinamentos éticos se seguem de seu antirrealismo nominalista.

### 2. METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa se utilizou uma metodologia de caráter bibliográfico, isto é, a leitura, a análise e a interpretação dos textos de Ockham e de seus comentadores.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O célebre problema dos universais foi o *leitmotiv* que, por excelência, possibilitou a Ockham o desenvolvimento e o amadurecimento de sua ontologia e de sua epistemologia. Porfírio (234?-305?), com efeito, escrevera um opúsculo intitulado *Isagoge*, o qual se tornou o *locus* do problema em pauta. Tal querela diz respeito à determinação do estatuto ontológico dos universais, isto é, dos gêneros e das espécies. Na referida obra, Porfírio formulou as três questões que balizariam as discussões posteriores concernentes à controvérsia dos universais.

Antes de mais, no que se refere aos gêneros e as espécies, a questão de saber se elas são realidades em si mesmas, ou apenas simples concepções do intelecto e, admitindo que sejam realidades substanciais, se são corpóreas ou incorpóreas se, enfim, são separadas ou se apenas subsistem nos sensíveis e segundo estes, é assunto que evitarei falar: é um problema muito complexo, que requer uma indagação em tudo diferente e mais extensa<sup>1</sup>.

Em suma, a questão é se os universais possuem existência ontológica real *extra animam* (*in re* e/ou *ante rem*) ou, meramente, existência epistemológico-lógico-linguística *intra animam* (*post rem*). Tem-se, portanto, um embate entre realismo (imanente e/ou transcendente) e antirrealismo nominalista. Em seu *Comentário à Isagoge*, respondendo a tríplice indagação levantada por Porfírio, o *Princeps Nominalium* apresenta duas teses que resumem de modo significativo o núcleo de suas concepções ontológicas e epistemológicas: o *princípio da individualidade do existente real* e o *princípio da intramentalidade do universal*.

<sup>1</sup> PORFÍRIO, *Isagoge*, pp. 50-51. Cf. LEITE JUNIOR, *O problema dos universais*, *passim*.

Ora, devemos manter como indubitável que qualquer coisa imaginável existente é por si mesma, sem nenhuma adição, uma coisa singular e numericamente una, de sorte que nenhuma coisa imaginável é singular por alguma coisa que lhe seria acrescentada; ao contrário, esta propriedade convém imediatamente a toda coisa, porque toda coisa é por si, ou é idêntica a uma outra ou dela difere. Em segundo lugar, deve ser mantido que nenhum universal existe fora da mente, realmente existindo nas substâncias individuais, nem faz parte da substância ou da essência destas; mas o universal ou existe somente na alma, ou é universal pelo efeito de uma convenção, à maneira de como a palavra pronunciada “animal” ou “homem” é universal, porque é predicável de muitas coisas, não por si mesmo, mas em razão das coisas que ele significa<sup>2</sup>.

Tudo o que realmente existe, no sentido ontológico forte do termo, é singular e particular. A realidade, como um todo, é por si mesma una e individual e não individuável por algum princípio de individuação. Logo, os universais não existem senão como conceitos mentais, como intenções da alma, no interior do próprio intelecto, sendo, tão somente, sinais para uma coleção de indivíduos. Para o Minorita Inglês, os universais são formados pelo intelecto através de sua atividade abstrativa e, portanto, são posteriores às coisas individuais, isto é, *universalia post rem*. Assim, o ser enquanto ser, isto é, a substância ou a causa última e suprema que faz as coisas serem o que são, é absolutamente individual e, jamais, universal. Consequentemente, tantas são as substâncias quanto são os seres particulares. O universal, destarte, é um conceito mental (nominalismo) e não uma realidade ontológica nem a essência da realidade (antirrealismo). Eis aqui o cerne da ontologia e da epistemologia ockhamianas<sup>3</sup>.

Pois bem, a filosofia moral do *Venerabilis Inceptor* pode (ou, até mesmo, deve) ser considerada, de alguma forma, um desdobramento prático de suas concepções especulativas. De acordo com Ghisalberti,

a análise de Ockham, relativa à gênese do ato moral, deve ser avaliada no interior de todo seu pensamento. Assim, inicialmente, encontramos nela um claro reflexo de sua mentalidade filosófica também sobre o plano da ética: as mesmas razões pelas quais havia se recusado a atribuir qualquer envergadura realística aos universais e que o haviam feito tomar como ilegítima e infundada a opinião de quem distingue, nas realidades existentes, elementos universalizáveis e elementos individualizantes, estas mesmas razões impediram-no também de dar peso à distinção entre atos abstratamente considerados e concretamente considerados. A seu juízo, um ato de vontade é verdadeiramente tal somente quando, juntamente com o fim que se quer atingir, são queridas as circunstâncias de tempo e lugar que conferem ao ato volitivo individualidade e concretude<sup>4</sup>.

A noção de ato moral, mencionada por Ghisalberti, constitui o núcleo do que entendemos ser a ética ockhamiana e é, justamente, esse elemento, certa teoria do ato moral, que nos leva a hipótese de que as concepções morais do *Princeps Nominalium* se seguem de sua ontologia e epistemologia. De fato, como bem assinala Ghisalberti, tal noção de ato moral não deve ser tomada de forma isolada, mas interpretada como parte constituinte da organicidade do pensamento ockhamiano, já que a ética de Ockham parece, claramente, refletir seu antirrealismo nominalista. Com efeito, e este é o ponto crucial, em consequência

<sup>2</sup> OCKHAM, *Expositio in Librum Porphyrii de Praedicabilibus*, proêmio, §2 (OPh II, p. 11).

<sup>3</sup> Cf. BORGES; LEITE JUNIOR, *O antirrealismo nominalista de Guilherme de Ockham*, *passim*.

<sup>4</sup> GHISALBERTI, *Guilherme de Ockham*, p. 260.

do *princípio da individualidade do existente real*, segundo o qual tudo o que ontologicamente existe deve ser individual e singular, um ato moral também deve ser individual, particular, concreto, com sua própria finalidade e circunscrito ao tempo e ao espaço.

De acordo com os realistas, os universais seriam realidades ontologicamente existentes (imanente e/ou transcendentemente) e, assim, o ser (essência e/ou substância) universal pelo qual todas as coisas são o que são existiria na realidade (física e/ou metafísica). Ora, sendo Ockham um antirrealista nominalista, da mesma forma como a realidade ontológica é constituída apenas por seres singulares, também os atos morais, sob pena de incoerência interna e contradição manifesta, não podem não ser senão atos absolutamente particulares e individuais, exclusivos a cada um dos agentes morais. Tal ato moral, com todas essas características individualmente suas, é, conforme Ockham, um ato do querer, isto é, um ato da vontade. Desse modo, ao que parece, estamos diante de uma teoria moral antirrealista, ou decorrente do antirrealismo, segundo a qual a moralidade da ação humana se radica em sua subjetividade volitiva, ou seja, se fundamenta no querer subjetivo de cada agente moral individual.

Nos *Quodlibeta Septem*, quodlibet III, questão 14, Ockham pergunta “se somente o ato da vontade é necessariamente virtuoso”<sup>5</sup>. A essa indagação o Minorita Inglês oferece uma resposta enfática: “nenhum outro ato senão ato da vontade é necessariamente virtuoso”, isto é, somente as ações humanas que sejam realizadas, efetivamente, em dependência e/ou em decorrência de um ato volitivo podem ser moralmente ajuizadas como virtuosas e/ou viciosas. Ao argumentar em defesa dessa tese, Ockham apresenta seus recorrentes e típicos exemplos: (1) ir à igreja e (2) lançar-se num precipício. *Prima facie*, considerar-se-ia que ir à igreja seja um ato moralmente bom, virtuoso e louvável. Do mesmo modo, precipitar-se num abismo pareceria algo mau, vicioso e censurável. Para o *Venerabilis Inceptor*, porém, essas ações externas não possuem em si, isto é, objetivamente, nenhum valor moral *a priori*:

[...] todo ato da vontade, que está em poder da vontade, de tal modo é bom [na medida em] que pode ser mau, porque pode ser feito com má finalidade e com má intenção. Igualmente, todo outro ato [a não ser o ato da vontade] pode ser realizado naturalmente e não livremente, e nenhum de tais [atos] é necessariamente virtuoso. [...] Ademais, qualquer outro ato, que permaneça o mesmo, pode indiferentemente ser louvável e censurável, e num primeiro momento louvável e em seguida censurável, já que pode sucessivamente conformar-se à vontade reta e à viciosa, como é manifesto no caso de ir à igreja, inicialmente com boa intenção e depois com má intenção. Ademais, nenhum ato é virtuoso nem vicioso a não ser que seja voluntário e [esteja] em poder da vontade [...]. Contudo, um ato pode primeiramente estar em poder da vontade e num momento seguinte não [estar mais]. Por exemplo, quando alguém se atira voluntariamente num precipício e em seguida, meritoriamente por causa de Deus, se arrepende e tem um ato de não querer [mais] aquela queda. Ora, o cair não está em poder da vontade. Logo, aquela queda não é necessariamente viciosa.<sup>6</sup>

Os atos efetivos (nesse caso, exteriores) de ir à igreja e de lançar-se num penhasco são moralmente indiferentes, isto é, são virtuosos e/ou viciosos apenas contingentemente. O ato da vontade, ao contrário, é necessária e intrinsecamente virtuoso e/ou vicioso dependendo da intenção (boa e/ou má) e da finalidade

<sup>5</sup> OCKHAM, *Quodlibeta Septem*, quodlibet III, quaestio 14 (OTh IX, pp. 253-257).

<sup>6</sup> *Idem, ibidem* (OTh IX, pp. 253-254).

(louvável e/ou censurável) que movem esse ato da vontade que, por sua vez, impele a ação efetiva (externa e/ou interna). Desse modo, a ação efetiva recebe sua valoração moral do ato volitivo que a causou. O ato volitivo é, portanto, primariamente (necessariamente) bom ou mau, enquanto o ato efetivo é, apenas, secundariamente (contingentemente) bom ou mal, na medida em que está em conformidade com o ato da vontade (intenção e finalidade) que o impeliu. Por essa razão, pode haver o caso em que um ato efetivo possa ter sua valoração moral invertida, como ocorre no exemplo daquele que se joga de um penhasco e, ao cair, se arrepende. Em virtude dessa ênfase dada pelo Minorita Ingês à vontade (voluntariedade) e à intenção (intencionalidade), como elementos determinantes do valor moral de uma ação efetiva, é que sua teoria ética, com acerto, pode ser considerada voluntarista e intencionalista.

#### 4. CONCLUSÕES

A ontologia antirealista e a epistemologia nominalista de Ockham se caracterizam pelas duas teses supra-apresentadas: o *princípio da individualidade do existente real* e o *princípio da intramentalidade do universal*. Em decorrência do primeiro princípio, como demonstramos, a realidade ontológica é concebida por Ockham como, absoluta e exclusivamente, individual, singular e particular. Com efeito, tal postulado implica concepções morais com similar envergadura e, consequentemente, conforme nossa leitura das obras do *Princeps Nominalium*, sua fundamentação da moralidade se assenta na subjetividade dos atos em poder da vontade, os quais tão só podem ser eticamente valorados.

Em virtude do segundo princípio não se sucumbe ao relativismo, pois dado que o intelecto pode fabricar, digamos assim, conceitos universais com base na realidade ontológica individual, também pode fazer o mesmo no que se refere às noções éticas gerais extraídas da pluralidade de atos e ações morais particulares. É assim, portanto, mediante uma ética radicada nas idiossincrasias de cada sujeito (agente) moral, que a ontologia antirrealista e a epistemologia nominalista do *Venerabilis Inceptor* acarretam patentes corolários em (e para) sua ética (ou filosofia moral). Seu sistema ontológico-epistemológico e seu sistema ético-moral se inter-relacionam, se entrelaçam, se implicam, se bi-implicam, em suma, formam um macrossistema filosófico coerente, coeso, sólido e inovador.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, W. S.; LEITE JUNIOR, P. *O antirrealismo nominalista de Guilherme de Ockham a partir do "Comentário à Isagoge de Porfírio"*. *Thaumazein*, Santa Maria, v. 8, n. 15, pp. 59-73, 2015.

GHISALBERTI, A. **Guilherme de Ockham**. Tradução de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

LEITE JUNIOR, P. **O problema dos universais**: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

OCKHAM, G. **Expositio in Librum Porphyrii de Praedicabilibus**. In: *Opera Philosophica*. Volume 2. New York: St. Bonaventure University, 1978.

\_\_\_\_\_. **Quodlibeta Septem**. In: *Opera Theologica*. Volume 9. New York: St. Bonaventure University, 1980.

PORFÍRIO. **Isagoge**: introdução às *Categorias* de Aristóteles. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1994.